

Em cumprimento ao disposto no artigo 23, inciso 29, do Regimento Interno, trago a este Plenário o relatório das atividades de gestão desenvolvidas pela Presidência no mandato de dois anos a expirar no final deste mês.

Ao fazê-lo, tanto atendo à disposição regimental própria quanto mais para deixar patente a gratidão aos meus nobres pares pela confiança com que me distinguiram – crédito esse renovado com a reeleição para um segundo período, o que faz aumentar ainda mais minha responsabilidade e o empenho em fazer o melhor e sempre mais por nossa instituição.

Vou cingir minhas palavras a um breve relato dos eventos que, ao meu sentir, foram mais relevantes, poupando-os da leitura integral de todos os relatórios setoriais, cujas cópias, com todos os seus números, gráficos e ilustrações estarão na Secretaria Geral, à disposição dos Senhores Conselheiros, para as consultas e apreciação que julgarem necessária.

Antes disso, contudo, faço questão de deixar patente meus agradecimentos a todos quantos compõem este Tribunal, desde seu Corpo Deliberativo, Auditoria, Ministério Público de Contas, Unidades Técnicas e Administrativas – cada qual aduzindo sua parcela de contribuição para que, ao final, alcançássemos o somatório de realizações deste biênio.

Início então com o registro dos avanços obtidos pela área fim do Tribunal, destacando a recentíssima celebração de quatro Termos de Ajustamento de Gestão celebrados com a Agetop, Secretarias de Educação, da Saúde, Fazenda, de Gestão e Planejamento e da Controladoria Geral do Estado.

O trabalho persistente e percuente do Tribunal de Contas junto ao Executivo venceu as diversas resistências, até mesmo de ordem cultural, para que esse moderno instrumento possibilite a efetiva aplicação de recursos na retomada ou conclusão de obras públicas inacabadas.

A assinatura destes TAGs coroou um trabalho iniciado com o Parecer Prévio das Contas do Governador de 2011, quando, de forma inédita, condicionou-se o início de novas obras ao compromisso formal de retomada das frentes paralisadas, em um cronograma a ser cumprido até 2014, com aplicação de 66 milhões de reais para o setor educacional, 52 milhões no de saúde e outros quase 20 milhões de reais em obras rodoviárias. Daí os termos terem sido assinados também pelo Governador do Estado e pelo Presidente do TCE.

Nestes dois anos o Tribunal de Contas deu sequência e ampliou sobremaneira sua ação nos campos tanto da fiscalização propriamente dita quanto na atuação preventiva e pedagógica, propiciando a seus servidores, a técnicos de órgãos jurisdicionados e também de outros órgãos de controle da região Centro-Oeste, cursos de formação, reciclagem, de atualização e de multiplicação de conhecimento em vastíssima temática, desde Direito para não advogados, passando por licitações e contratos, Auditoria Operacional, Parcerias Público Privadas e Organizações Sociais, Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, até às novas normas da Contabilidade Pública, bem como a participação de servidores em congressos técnicos realizados em Goiânia e em outras capitais.

Esses avanços, somados aos esforços concentrados dos gabinetes, das unidades técnicas e de um grupo de trabalho multidisciplinar, permitiu que o Tribunal se livrasse de um constrangedor estoque de processos antigos e não julgados.

O Projeto Redesenho, já em sua fase final, permitirá a redefinição do andamento processual no âmbito do TCE, com a adoção de procedimentos com vistas a ganhos em economia, eficiência e tempestividade.

Uma consultoria foi contratada junto à Fundação Getúlio Vargas para mapeamento e diagnóstico, primeiro da área fim do Tribunal e agora da área meio, para a formatação de uma moderna e eficiente estrutura organizacional, além de adequada política de pessoal.

Ainda no campo de pessoal implantamos a meritocracia para escolha de ocupantes de funções de chefia pelo critério do merecimento, aferido de forma democrática e objetiva. E já com a segunda prova aplicada.

No plano do relacionamento com a sociedade civil, o Tribunal de Contas participou ativamente da Conferência Estadual dos Advogados, sediou, organizou e realizou o Segundo Encontro Nacional de Corais dos Tribunais de Contas e a Terceira Olimpíada dos Tribunais de Contas, manteve atualizado o seu Portal da Transparência e o seu sítio eletrônico alcançando a quinta colocação no ranking nacional de seus congêneres, elaborado pela Fundação da Universidade Federal de Santa Catarina, além de disponibilizar o Portal de Informação ao Cidadão e a emissão de certidão negativa via internet.

Também realizamos, em parceria com a Escola de Administração Fazendária, ESAF, o Primeiro

Concurso Nacional de Monografias Conselheiro Henrique Santillo, com premiações nas categorias profissionais e servidores, além da impressão de um livro contendo os trabalhos vencedores, lançado no último dia 11. O certame objetiva estimular o estudo e o debate científico sobre temas ligados ao controle externo da administração pública.

Este biênio foi marcado ainda pela implantação do nosso Diário Eletrônico de Contas, contando já com mais de cem edições, ao alcance de qualquer pessoa via internet, sem custo algum tanto para o Tribunal quanto para o público.

Ainda no item Tecnologia da Informação tivemos avanços significativos como a implantação dos programas de Gerência de Permissões e Acessos, de Controle de Obras Públicas - GeoObras, Portais do Instituto Leopoldo de Bulhões, da Divisão de Pessoal, do Ministério Público de Contas, das Gerências de Recursos Humanos, de Registro de Admissões, de Auditoria em Folha de Pagamento, de Ponto e de Transporte. E ainda: remodelação do site do TCE, implantação do TCE Net, projetos editoriais para revistas do TCE e do Parecer Prévio, Módulo de Correção de Processos, Gerenciamento Eletrônico de Documentos e o Site de Acompanhamento da Construção da nova sede do TCE-GO.

Merecem especial relevo o GPRO Digital, com a criação e implantação de ferramenta para utilização de certificação digital de documentos incluídos nos processos, com assinatura via certificado digital, ou por login e senha – para isso ampliamos a capacidade de memória do computador central, Storage e adquirimos unidade de back up, para aumentar a segurança da armazenagem da memória eletrônica do TCE-GO, além da troca de todos os equipamentos necessários à ampliação e melhoria da rede de tecnologia sem fio; a Estação Digital de Trabalho, que auxilia o desenvolvimento de tarefas acerca da análise processual utilizando a assinatura digital, e, o Plenário Digital, sistema totalmente implantado, incluindo o certificação digital das decisões emanadas das Câmaras e do Plenário. Mediante aquisição o Tribunal de Contas passou a contar com o Sistema de Gestão de Pessoas e o Sistema de Gestão Administrativa, deixando, com isso, de locar tais sistemas. Também compramos, via Promoex, 122 computadores de última geração, completando, com a gestão passada, 300 máquinas, significando a renovação de todo nosso parque tecnológico, uma vez que as impressoras são sempre trocadas por forças de contrato de locação. E por último, o mais novo produto, o TCEJuris, portal onde serão disponibilizadas as decisões do Tribunal à população.

Também implantamos o sistema de controle eletrônico de acesso central de servidores e de visitantes que demandam ao Tribunal, com ganhos para a segurança. O acesso via garagem está em fase final de implantação.

Senhores: deixei por último as obras da nova sede do Tribunal de Contas do Estado, sabedores que são suas Excelências do empenho e tenacidade com que temos cuidado desse tópico, por sua importância estratégica para a viabilização dos nossos projetos institucionais.

Os trabalhos foram efetivamente iniciados no dia 25 de julho do corrente ano, após uma série de providências preparatórias, bem lá atrás, a começar pela busca e depois todas as tratativas para a liberação do terreno pelo Governo do Estado, passando pela elaboração dos projetos e as necessárias licenças, licitação e contratação.

A primeira medição foi feita em agosto e contemplou serviços de limpeza do terreno, terraplenagem e instalação do canteiro de obras. A segunda medição referiu-se às fundações do edifício sede e nova terraplenagem. Na terceira, fundações e estruturas do edifício sede, e, a quarta e última, serviços de manutenção do canteiro de obras, implantação de muros e alambrados, fundação do tipo tubulão a céu aberto e estrutura em concreto armado.

O valor total até agora dispendido chegou a redondos cinco milhões e oitocentos mil reais.

Tudo sob a mais rigorosa fiscalização das equipes de engenharia especialmente designada para esta finalidade e outra comissão chefiada pelo Procurador de Contas Saulo Mesquita. O avançar da obra pode ser acompanhado praticamente em tempo real através de portal específico, no site deste Tribunal, com as respectivas medições e os desembolsos financeiros. No último relatório elaborado pela Segunda Divisão de Fiscalização de Engenharia, no último dia 10, o total executado da obra correspondia a 10,32 por cento dos serviços contratados.

Era o que, ao término deste mandato e em apertada síntese, me cumpria relatar a Vossas Excelências.

Muito obrigado!